

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas	
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	9



Shape the future
with confidence

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Raios do Parnaíba Solar Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cujo valores foram apresentados para fins comparativos, não foram auditados por nós ou por outro auditor.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



**Shape the future
with confidence**

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink that reads 'Ricardo Gomes Leite'.

Ricardo Gomes Leite
Contador CRC RJ-107146/O

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	14.437	1	16.191	1
Adiantamentos		-	-	5	-
Total do ativo circulante		14.437	1	16.196	1
Não circulante					
Partes relacionadas a receber	7	17.981	-	-	-
Investimentos	2	11.938	-	-	-
Imobilizado	8	-	-	9.142	-
Intangível	9	-	-	67.639	-
Total do ativo não circulante		29.919	-	76.781	-
Total do ativo		44.356	1	92.977	1
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores e retenções contratuais	10	-	-	48.439	-
Empréstimos e financiamentos	11	35.534	-	35.534	-
Impostos a pagar		8	-	190	-
Total do passivo circulante		35.542	-	84.163	-
Não circulante					
Partes relacionadas a pagar	7	9.305	-	9.305	-
Total do passivo não circulante		9.305	-	9.305	-
Patrimônio líquido					
Capital social subscrito	12	1	1.191	1	1.191
Prejuízos acumulados		(492)	(1.190)	(492)	(1.190)
Total do patrimônio líquido		(491)	1	(491)	1
Total do passivo e patrimônio líquido		44.356	1	92.977	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Demonstrações dos resultados

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
		(não auditado)		(não auditado)
(Despesas) operacionais, líquidas				
Despesas gerais e administrativas		-	(11)	-
Resultado de equivalência patrimonial	2	(27)	-	-
Resultado antes do resultado financeiro		(27)	(11)	-
Receitas financeiras	13	554	553	-
Despesas financeiras	13	(1.019)	(1.034)	-
Resultado financeiro		(465)	(481)	-
Resultado antes dos impostos		(492)	(492)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	-
Prejuízo do exercício		(492)	(492)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
		(não auditado)		(não auditado)
Prejuízo do exercício	(492)	-	(492)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício	(492)	-	(492)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social Subscrito	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	1.191	(1.190)	1
Prejuízo do exercício	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	1.191	(1.190)	1
Absorção do prejuízo	(1.190)	1.190	-
Prejuízo do exercício	-	(492)	(492)
Em 31 de dezembro de 2023	1	(492)	(491)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	(não auditado)		(não auditado)	
Atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) do exercício	(492)	-	(492)	-
Ajustes				
Resultado de equivalência patrimonial	27	-	-	-
Juros de empréstimos e financiamentos	387	-	387	-
Variação cambial / instrumentos financeiros	147	-	147	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Partes relacionadas	(17.981)	-	-	-
Adiantamentos fornecidos	-	-	(5)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	-	-	48.439	-
Partes relacionadas	9.305	-	9.305	-
Impostos a pagar	8	-	190	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(8.599)	-	57.971	-
Atividades de investimento				
Aquisição de investimento	(9.306)	-	-	-
Aporte de capital em investidas	(2.659)	-	-	-
Adição de custos de imobilizado e intangível	-	-	(76.781)	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(11.965)	-	(76.781)	-
Atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos captados	35.000	-	35.000	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	35.000	-	35.000	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	14.436	-	16.190	-
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1	1	1	1
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	14.437	1	16.191	1
Aumento líquida no caixa e equivalentes de caixa	14.436	-	16.190	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Raios do Parnaíba Solar Holding S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade por ações de capital fechado, constituída em 05 de setembro de 2018, estabelecida na Av. Marechal Câmara, 160 - sl. 1733 - Parte - Centro/RJ - 20020-080 no Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social:

- (a) Holdings de instituições não financeiras (as atividades de entidades econômicas que detém o controle de capital de um grupo de empresas com atividades preponderantemente não financeiras, essas holdings podem exercer ou não funções de gestão e administração dos negócios das empresas do grupo);
- (b) Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente (escritório com prestação de serviços de desenvolvimento, gerenciamento e gestão de projetos solares);
- (c) Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente (escritório com serviços de preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo, exceto serviços advocatícios, tais como preenchimento de cadastros e formulários junto a órgãos públicos e privados para obtenção de autorizações e licenças).

A Companhia detém 100% das ações das controladas diretas Panorama 01 Energia SPE S.A., Panorama 02 Energia SPE S.A. e Panorama 03 Energia SPE S.A. que estão em fase de construção, com previsão de entrada em operação comercial no decorrer do segundo semestre de 2025, e conta com o suporte financeiro de seu acionista controlador e de captações de financiamentos bancários.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta no consolidado um capital circulante líquido negativo de R\$67.967 (em 31 de dezembro de 2022 não havia CCL negativo). A controladora por sua vez, apresenta um capital circulante líquido negativo de R\$21.105 em 31 de dezembro de 2023 (em 31 de dezembro de 2022 não havia CCL negativo).

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Investimentos

A Companhia possui controle direto nas empresas Panorama 01 SPE S.A. ("Panorama 01"), Panorama 02 SPE S.A. ("Panorama 02") e Panorama 03 SPE S.A ("Panorama 03"), que detêm autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel") para explorar comercialmente os parques solares instalados no município de Ribeiro Gonçalves, no estado de Piauí. Adiante, apresentamos as informações financeiras consolidadas destes investimentos:

Controladas	Participação %	Ativo total		Passivo total		Patrimônio Líquido		Resultado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
		(não auditado)		(não auditado)		(não auditado)		(não auditado)	
Panorama 01	100	25.342	10	21.367	-	3.975	10	(7)	-
Panorama 02	100	26.975	10	23.030	-	3.945	10	(12)	-
Panorama 03	100	26.225	10	22.206	-	4.019	10	(8)	-

Controladas	Participação %	Ativo total		Passivo total		Patrimônio Líquido		Resultado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
		(não auditado)		(não auditado)		(não auditado)		(não auditado)	
Panorama 01	-	10	-	-	-	10	-	-	-
Panorama 02	-	10	-	-	-	10	-	-	-
Panorama 03	-	10	-	-	-	10	-	-	-

Todas a controladas descritas anteriormente estão sediadas no Brasil, as movimentações destas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são demonstradas adiante:

Movimentação dos Investimentos	31/12/2022	Aquisição	Aportes	Equivalência	31/12/2023
	(não auditado)				
Panorama 01	-	3.102	880	(7)	3.975
Panorama 02	-	3.102	855	(12)	3.945
Panorama 03	-	3.102	924	(8)	4.018
	-	9.306	2.659	(27)	11.938

No quadro abaixo estão apresentados os processos autorizativos e respectivos despachos homologatórios da Aneel, com as respectivas datas estimadas de entradas em operação comercial das centrais geradoras fotovoltaicas controladas da Companhia:

Unidade Fotovoltaica	Potência em MW	N° da autorização ANEEL	Vencimento da autorização	Despacho nº	Entrada em Operação Comercial prevista
Panorama 01	100	48500.002132/2021-02	08/09/2056	10.513	2º semestre de 2025
Panorama 02	100	48500.002133/2021-49	08/09/2056	10.514	2º semestre de 2025
Panorama 03	100	48500.002134/2021-93	08/09/2056	10.515	2º semestre de 2025

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros ajustados para refletir a mensuração ao valor justo, conforme citado na nota explicativa nº 14.

A preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme apresentado na nota explicativa 5.

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 17 de outubro de 2025.

3.1. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Os resultados das controladas adquiridas, alienadas ou incorporadas durante o exercício estão incluídos nas informações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição, alienação e incorporação, quando aplicável. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

3.1. Base de consolidação e investimentos em controladas--Continuação

O controle de investidas é obtido quando o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver: (i) poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); (ii) exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle.

Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Políticas contábeis materiais

4.1. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Políticas contábeis materiais--Continuação

4.1. Classificação corrente versus não corrente--Continuação

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

4.2. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Políticas contábeis materiais--Continuação

4.2. Mensuração do valor justo--Continuação

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

4.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Políticas contábeis materiais--Continuação

4.4. Instrumentos financeiros

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, na data em que um contrato de derivativos é celebrado e custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, e posteriormente mensurados pelo valor justo, sendo as variações contabilizadas no resultado, na rubrica "Resultado financeiro".

i) *Ativos financeiros não derivativos*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o Grupo possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários classificados a valor justo por meio do resultado.

Custo Amortizado

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os ativos financeiros do Grupo classificados nesta categoria, compreendiam o contas a receber de clientes, e são mensurados pelo custo amortizado usando o método de juros efetivo, conforme CPC 48.

Passivos financeiros

ii) *Classificação e mensuração*

A Companhia possui passivos financeiros classificados na categoria de outros passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos e é determinada no reconhecimento inicial.

Outros passivos financeiros: Os passivos classificados nessa categoria são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva. São apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes serão classificados como passivos não circulantes).

iii) *Baixa de passivo financeiro*

A Companhia baixa os passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Políticas contábeis materiais--Continuação

4.5. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos da classe de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

Obras em andamento estão relacionadas a gastos com materiais, mão de obra direta e indireta na preparação e instalação do bem até que esteja disponível para uso, ou seja, quando está no local e condições necessárias para funcionar de forma pretendida pela diretoria. Nesse momento o valor do bem é transferido de Imobilizado em Curso para Imobilizado em Serviço, quando então a devida depreciação conforme a vida útil do bem é iniciada.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

4.6. Testes de recuperabilidade de ativos (teste de impairment)

Os ativos não circulantes são revisados e submetidos anualmente ao teste de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

A Administração avaliou e concluiu que não há indicativos de *impairment*.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Políticas contábeis materiais--Continuação

4.7. Ativos intangíveis

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com tal finalidade. Os ativos intangíveis serão amortizados caso sua vida útil possa ser razoavelmente estimada, caso contrário serão considerados de vida útil indefinida sendo sujeitos ao teste de recuperabilidade econômica.

A amortização é calculada sobre os bens do ativo intangível em serviço, pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas rubricas, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

4.8. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Administração avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Políticas contábeis materiais--Continuação

4.9. Provisões

- (i) *Provisões gerais*: provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.
- (ii) *Provisões para litígios*: a Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.10. Distribuição de dividendos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não apurou lucro operacional e registrará (quando aplicável) em bases anuais, e distribuídos como dividendos mínimos obrigatórios no passivo, salvo se tenham sido efetivamente pagos antes do encerramento do exercício. Dividendos complementares ao mínimo obrigatório serão registrados como passivo na data em que seu pagamento for aprovado em Assembleia de Acionistas ou por outro órgão competente da Administração da Companhia. Dividendos propostos pela Administração da Companhia, em consonância com a Lei das S.A., serão divulgados em nota explicativa.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Políticas contábeis materiais--Continuação

4.11. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

a) CPC 50 - Contratos de Seguro

O CPC 50 é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O CPC 50 substitui o CPC 11 - Contratos de Seguro. O CPC 50 se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do CPC 50 é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O CPC 50 é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável)
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Políticas contábeis materiais--Continuação

4.11. Novos pronunciamentos contábeis vigentes em 2023--Continuação

a) CPC 50 - Contratos de Seguro--Continuação

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

b) CPC 23 - Definição de Estimativas Contábeis

As alterações ao CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

A Companhia avaliou os impactos da adoção dessa norma e concluiu que não houve impactos relevantes em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

b) Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis.

As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

c) Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Políticas contábeis materiais--Continuação

4.11. Novos pronunciamentos contábeis vigentes em 2023--Continuação

d) Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente.

Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois a Raios não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois.

4.12. Novos pronunciamentos emitidos e ainda não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o International Accounting Standards Board (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados e/ou emitidos estão demonstrados a seguir:

a) Alterações ao CPC 06 (R2): Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o CPC emitiu alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Políticas contábeis materiais--Continuação

4.12. Novos pronunciamentos emitidos e ainda não vigentes--Continuação

- a) Alterações ao CPC 06 (R2): Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)--Continuação

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do CPC 06 (R2). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

A Companhia não espera que haja um impacto significativo em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- b) Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações financeiras) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

O que se entende por direito de adiar a liquidação.

- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Companhia não identificou alterações tenham um impacto significativo em suas demonstrações financeiras individuais e consolidados.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Políticas contábeis materiais--Continuação

4.12. Novos pronunciamentos emitidos e ainda não vigentes--Continuação

c) Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

A Companhia está avaliando os impactos para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a norma a partir da vigência.

5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados nos ativos e passivos, e as respectivas divulgações.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas

- (i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.
- (ii) Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros: quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiro
- (iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: a Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de Caixa

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Caixas e bancos	Disponibilidades	-	4.826	-	6.580	-
Aplicações financeiras	CDB	90% CDI	9.611	1	9.611	1
			14.437	1	16.191	1

O caixa e equivalentes de caixa são utilizados para a gestão de caixa da Companhia, assim como para finalidade de pagamento. Os depósitos a curto prazo são realizados por períodos que variam de um dia a três meses, conforme as necessidades imediatas de liquidez. Esses depósitos têm como objetivo atender a compromissos financeiros de curto prazo ou outros fins.

7. Partes relacionadas

a) Remuneração da Administração

Durante os exercícios de 2023 e 2022, a remuneração da Administração da Companhia foi realizada diretamente pela coligada Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. Assim sendo, não houve remuneração do pessoal chave da Administração nesses exercícios por parte da Companhia e de suas controladas.

A tabela a seguir apresenta os valores totais das operações que tenham sido celebradas entre partes relacionadas atrelados às obras em andamento das centrais geradoras e outras sociedades do grupo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Partes relacionadas a Receber				
Panorama 01	5.196	-	-	-
Panorama 02	6.779	-	-	-
Panorama 03	6.006	-	-	-
Total ativo não circulante	17.981	-	-	-
Partes relacionadas a pagar				
Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A.	9.305	-	9.305	-
Total passivo não circulante	9.305	-	9.305	-

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

Consolidado

<u>Imobilizado em curso</u>	<u>31/12/2022</u> (não auditado)	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2023</u>
Desenvolvimento	-	6.265	-	6.265
EPC	-	2.768	-	2.768
Resultado Financeiro	-	109	-	109
	-	9.142	-	9.142

O montante de R\$ 9.142 no imobilizado consolidado da Companhia é referente aos custos de construção das centrais geradoras fotovoltaicas controladas de Panorama 01, Panorama 02 e Panorama 03 com estimativas de entrar em operação no decorrer do segundo semestre de 2025. Não foram verificados indicadores de existência de impairment em relação a esses ativos.

9. Intangível

Consolidado

	<u>31/12/2022</u> (não auditado)	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2023</u>
Intangível em curso	-	67.639	-	67.639
	-	67.639	-	67.639

O montante consolidado de R\$67.639 em 2023, referem-se basicamente a aquisição dos ativos intangíveis identificáveis na compra dos direitos de exploração avaliado ao valor justo destinado à Central Geradora Fotovoltaica do Projeto de Raios do Parnaíba e suas respectivas SPEs, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica decorrentes dos valores negociados nas compras destes projetos de geração fotovoltaico. Esse ativo será amortizado a partir do início das operações, de acordo com o prazo da autorização de exploração comercial outorgado pela ANEEL.

10. Fornecedores

<u>Consolidado</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> (não auditado)
Fornecedores	4	-
Outros fornecedores	48.435	-
	48.439	-

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Fornecedores--Continuação

O montante de R\$ 48.435 em 2023, apresentado como outros fornecedores, é referente ao reconhecimento total das obrigações assumidas nas aquisições das sociedades do projeto de Raios do Parnaíba juntamente com suas SPEs Panorama 01 Energia SPEs S.A., Panorama 02 Energia SPE S.A. e Panorama 03 Energia SPE S.A. A quadro adiante demonstra a maturidade dos saldos:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Aginglist de fornecedores		
A vencer	48.439	-
Total	48.439	

11. Empréstimos e financiamentos

A captação de recursos junto a instituições financeiras possui objetivo de melhorar o gerenciamento do fluxo de caixa da Companhia no giro das operações e para custear a conclusão das obras das centrais geradoras fotovoltaicas de suas controladas Panorama 01, Panorama 02 e Panorama 03. Em 31 de dezembro de 2023, a composição dos empréstimos e financiamentos da Companhia era a seguinte:

	Controladora e consolidado							31/12/2023
	31/12/2022 (não auditado)	Captação	Amortização do principal	Varição cambial /Swap	Liquidação SWAP	Juros Apropriados	Amortização de Juros	
Citibank	-	35.000	-	147	-	387	-	35.534
Circulante	-	35.000	-	147	-	387	-	35.534

Citi

Em 28 de novembro de 2023, a Companhia captou empréstimo junto ao banco Citi em dólares americanos, no montante de USD7.150 (R\$35.000) com a taxa prefixada em 7,2668% a.a. e swap com base no CDI+1,35% a.a. O presente contrato foi garantido por seu acionista, através de fianças bancárias, no valor total contratado. A Companhia liquidou este empréstimo em 27 de novembro de 2024.

O contrato de financiamento não possui cláusulas restritivas "covenants" financeiros de vencimento antecipado (Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD)). Adicionalmente, os principais covenants não financeiros são referentes a: existência de garantias corporativas, licenças e autorizações necessárias, fiança bancária e limitação de venda significativa de ativos. Ressalta-se que não houve identificação de evento de descumprimento de covenants no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia, subscrito e integralizado, era de R\$1 (um mil) dividido em 1.052 (um mil e cinquenta e duas) ações ordinárias nominativas no valor de um real cada. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia, subscrito e integralizado, era de R\$1.191 (um milhão, novecentos e um mil reais) dividido em 1.190.725 (um milhão, cento e noventa mil, setecentos e vinte e cinco) ações ordinárias nominativas no valor de um real cada, conforme discriminado no quadro adiante:

<u>Controladora (Em reais)</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> (não auditado)
Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A.	1	1.190.725
Raios do Parnaíba Solar España, S.L.U.	<u>1.051</u>	-
Capital Social	<u>1.052</u>	<u>1.190.725</u>

Em 24 de abril de 2023, a ex-acionista da Companhia, Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. celebrou com a Raios do Parnaíba Solar España, S.L.U, a atual acionista da Companhia, a cessão onerosa da totalidade das ações na Companhia, passando esta ser a única acionista da Companhia. Em 22 de agosto de 2023, a Companhia reduziu seu capital social em R\$1.190 (um milhão cento e noventa mil) para absorção de prejuízos acumulados.

b) Reserva legal

O estatuto social prevê que, caso a Companhia apure lucro, a reserva legal será constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não apresentou lucro para o exercício e por isso, não constituiu reserva legal

c) Reservas de lucros

O estatuto social da Companhia prevê que as reservas de lucros serão constituídas para registrar os lucros que deixaram de ser distribuídos e que, se não absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser distribuídos como dividendos. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não apresentou lucro para o exercício e por isso, não constituiu reserva de lucro.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido--Continuação

d) Dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo e pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, descontada a parcela referente à reserva legal, salvo determinação em contrário por unanimidade de votos dos acionistas presentes em Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não apresentou lucro para o exercício e conseqüentemente não houve distribuição de dividendos aos acionistas.

13. Resultado Financeiro

Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
		(não auditado)		(não auditado)
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	170	-	169	-
Variação cambial sobre empréstimos	384	-	384	-
	554	-	553	-
Despesas financeiras				
Comissões bancárias e outras	(2)	-	(4)	-
Juros e multas	(31)	-	(44)	-
IOF	(69)	-	(69)	-
Juros de empréstimos e financiamentos	(387)	-	(387)	-
Operação a termo swap empréstimos	(530)	-	(530)	-
	(1.019)	-	(1.034)	-
Resultado financeiro	(465)	-	(481)	-

Os gastos financeiros foram principalmente decorrentes dos financiamentos constituídos para suporte financeiros às obras em andamento das centrais geradoras fotovoltaicas das controladas Panorama 01, Panorama 02 e Panorama 03.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Companhia.

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022	
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos Financeiros								
Caixa e equivalente de caixa (Nível 2)	14.437	-	-	-	16.191	-	-	-
Parte relacionada a receber (Nível 2)	17.981	-	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros								
Fornecedores (Nível 2)	-	-	-	-	48.439	-	-	-
Parte relacionada pagar (Nível 2)	9.305	-	-	-	9.305	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (nível 2)	35.534	35.534	-	-	35.534	35.534	-	-

14.1. Gerenciamento de riscos

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia, que julga apresentar exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a) Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro celebrado. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia entende que apresenta recursos suficientes para honrar com as obrigações contraídas decorrentes da sua operação comercial e está regularmente adimplente com seus fornecedores.

A Companhia e seu acionista entendem que a captação de recursos financeiros de terceiros e/ou aportes de seu grupo controlador será necessário em decorrência do início de suas operações e vem monitorando periodicamente o momento oportuno para obter novos financiamentos intragrupo ou com terceiros.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Instrumentos financeiros--Continuação

14.1. Gerenciamento de riscos--Continuação

b) Risco de mercado

A Companhia não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. O empréstimo bancário constituído pela Companhia no ano anterior já foi liquidado e possuía taxas pré-fixadas.

Risco de inflação - os gastos da Companhia são atualizados anualmente por índices de inflação.

Risco de captação - a Companhia e seu acionista buscam a captação de recursos com custos e prazos de reembolso adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

c) Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Risco técnico - a infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações devem ser suportados pela Companhia.

Riscos regulatórios - a Companhia, direta ou indiretamente, está sujeita à extensa legislação emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e Ministério do Meio Ambiente.

Risco de seguros - a Companhia por meio de seu epecista adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os o ativo imobilizado, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Instrumentos financeiros--Continuação

14.1. Gerenciamento de riscos--Continuação

d) Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e para que não quebre cláusulas contratuais com fornecedores. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas e cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

15. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno ao acionista e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou captar endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira de médio prazo. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total do empréstimo de curto prazo (conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Alfonso Brunner Beamud
Diretor

Guilherme Rodrigues Matias
Contador
CRC-RJ 124.530/O